

## ESPAÇO BANAL, VIDA COMUM: PRÁXIS E CULTURA NAS PERIFÉRIAS URBANAS

### *BANAL SPACE, COMMON LIFE: PRAXIS AND CULTURE IN THE URBAN PERIPHERIES*

 Sílvia Lopes Raimundo <sup>A</sup>

 Gilberto Cunha Franca <sup>B</sup>

<sup>A</sup> Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Sorocaba, SP, Brasil

<sup>B</sup> Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, SP, Brasil

Recebido em: 17/05/2023 | 19/05/2023      DOI: 10.12957/tamoios.2023.76188

Correspondência para: Gilberto Cunha Franca (franca@ufscar.br)

#### Resumo

Nas pesquisas, assim como nos ativismos e movimentos sociais, percebe-se o interesse sobre as práticas e a gestão do bem comum. No âmbito deste debate e engajamento é que propomos aqui uma reflexão sobre o comum nos espaços urbanos periféricos. Nossa análise se apoiará basicamente no pensamento de Milton Santos e, mais especificamente, no conceito de espaço banal, de onde dialogamos com outras elaborações, incluindo nossas próprias pesquisas sobre os coletivos e os movimentos de cultura. Assim, é do espaço banal e da perspectiva da geografia, que procuramos analisar as bases materiais e imateriais dos comuns urbanos periféricos, construídos a partir da tessitura feita por mãos de muitos, não somente operários e sindicalistas, mas artistas, trabalhadores e “filósofos da cultura” e mulheres, gênero que historicamente constrói a base intelectual e material dos Comuns das periferias urbanas.

**Palavras-chave:** Espaço banal, Cultura e Comum periférico.

#### Abstract

There is a growing interest in practices and management of the common good, both in academic research and in activism and social movement. Within the scope of this debate and engagement, we propose here a reflection on the common in peripheral urban spaces. Our analysis will basically be based on the thought of Milton Santos and, more specifically, on the concept of banal space, from which we dialogue with other elaborations, including our own research on collectives and cultural movements. Thus, it is from the banal space and from the perspective of geography that we seek to analyze the material and immaterial bases of common urban peripherals, built from the fabric made by the hands of many, not only workers and unionists, but artists, workers and “philosophers of culture”. and women, gender that historically built the intellectual and material base of the commons of the urban peripheries.

**Keywords:** Banal space; culture; common peripheral.



## INTRODUÇÃO

Desde 2016, houve uma mudança da capacidade de mobilização dos movimentos e ativismos sociais, da qual o movimento pelo passe livre e a ocupação das escolas foram provavelmente os mais expressivos exemplos nacionais. Antes disso, estava em curso, na cena dos movimentos sociais urbanos, uma crescente participação da juventude, mulheres, população negra e LGBTQIAPN+, principalmente de origem periférica. Das periferias da cidade de São Paulo, ganhou forma um potente movimento cultural, organizado por coletivos, que passaram a defender mais incentivos, construção de equipamentos de cultura, manutenção dos existentes e valorização da produção artística periférica.

Porém, o que se tornou marcante deste movimento cultural foi sua capacidade de existir e criar uma nova estética política, refletindo as condições sociais e urbanas, cercada de pobreza, violência e machismo. Bares se transformam em saraus, ruas e praças em rap, batalhas de slam, bailes funks e fluxos, imóveis vazios e degradados em ocupações culturais, permeando casas, escolas e até espaços tradicionalmente voltados ao consumo, como os shopping-centers, na hora dos “rolezinhos”. É um novo uso do território que não é hegemônico, mas é dos hegemonizados, dos sujeitos e sujeitas subalternas que traçam um uso comum, muitas vezes residual, mas que restitui o sentido de comunhão das comunidades.

O aquilombamento urbano é talvez uma das mais fortes expressões do uso comum e coletivo dos espaços periféricos. Ele é a prova de uma longa história de rebeliões, fugas, sobrevivência e reconstrução da coletividade (MOURA, 2022), de um território como abrigo de corpos e subjetividades negras. Temos também o mutirão, uma expressão de ajuda mútua que veio do meio rural, para o meio urbano, usado com frequência na construção de casas populares e também prática comum dos movimentos de moradia – além da manutenção de hortas e outras práticas comunitárias.

Na universidade e no campo da pesquisa, o livro “Reflexões periféricas: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas”, organizado por D’Andrea (2021), tem no Comum um tema que permeia e entrelaça as pesquisas e suas propostas. O livro, que é resultado de uma pesquisa desenvolvida por pesquisadoras e pesquisadores oriundos das periferias paulistanas no interior do Centro de Estudos Periféricos [1] – grupo de pesquisa do Instituto das Cidades (Unifesp, traz a partir da seleção de 10 eixos temáticos reflexões sobre alguns temas recorrentes, como: o território como abrigo, a existência, a interseccionalidade como método para interpretar a realidade e a produção da vida compartilhada em Comum. O grupo, ele próprio um aquilombamento urbano, engajado na construção de uma instituição de ensino, pesquisa e extensão no bairro de Itaquera na periferia da zona leste de São Paulo, busca olhar o tema cidades de outras formas, elabora pesquisas, reflete sobre o mundo em diferentes escalas e imagina outros futuros para a reinvenção as quebradas. [2]

“De modo geral”, como dizem Tonucci Filho e Cruz (2019, p. 488), “o comum refere-se a bens, espaços e recursos que são coletivamente usados e geridos por uma dada comunidade por meio de práticas de fazer-comum”. Refere-se tanto a recursos materiais e imateriais quanto às próprias atividades que se desenvolvem de maneira colaborativa e compartilhada, para além da esfera do Estado e do mercado, como além das formas de propriedade privadas e públicas.

Pode-se dizer que o debate contemporâneo sobre o comum ganha maior dimensão com os trabalhos de Hardt e Negri (2016) e de Dardot e Laval (2017). É quando o comum é assumido



como modo de vida oposto ao capitalismo, seja pelas potencialidades comuns, materiais e imateriais, da ordem social atual, no caso de Hardt e Negri, ou pela prática políticas colaborativas e de autogestão, no confronto com a razão neoliberal, como reivindicam Dardot e Laval. Mas não podemos deixar de fazer referência ao trabalho de Silvia Federici (2019), por sua abordagem feminista do comum, trazendo para a análise a esfera da reprodução social, por muito tempo negligenciada dentro do marxismo.

Há trabalhos importantes que fazem uma abordagem espacial e, especificamente, urbana do comum, como é o caso do urbanista grego Stavros Stavrides (2021) e do já citado trabalho de Tonucci Filho e Cruz (2019). Os três autores estabelecem uma certa linha de continuidade entre o pensamento de Henri Lefebvre e o debate atual sobre o comum para pensar as cidades e metrópoles contemporâneas. Outra abordagem espacial do comum é realizada pelo geógrafo David Harvey (2014), que procura diferenciar os espaços e bens públicos dos espaços e bens comuns.

Neste trabalho, apresentado primeiramente no XVII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, realizado em Curitiba em 2022, o que propomos é discutir o comum urbano de uma perspectiva geográfica periférica, que estamos chamando de comuns periféricos. Para isto, nos apoiamos fundamentalmente na obra de Milton Santos, a partir do conceito de espaço banal, que para nós melhor expressa em seu pensamento a preocupação com o comum. Esta inquietação pode ser vista quando ele se refere aos estados mais antigos de “comunhão” e de “comunidade” (2000, p. 91), às possibilidades atuais de “vida comum” e “espaço comum” (1996a, p. 206 e 258) ou de “existência comum” e “território comum” (2001, p. 109).

Por isso, é do espaço banal – e, assim, da perspectiva da geografia e da interseccionalidade [3] – que procuramos analisar as bases materiais e imateriais do comum urbano, particularmente dos comuns periféricos.

## ESPAÇO BANAL, ESPAÇO COMUM

Nesse primeiro momento de revisão teórica do artigo, vamos partir da ideia de Milton Santos de que “a base da ação reativa é o espaço compartilhado no cotidiano” (SANTOS 1992, p. 21). Esse espaço compartilhado do cotidiano, que ele chama de espaço banal, se apresenta como uma potente ferramenta para pensar o comum e as ações coletivas dos pobres urbanos, especialmente das populações faveladas e periféricas. Ao articular o conceito de espaço banal, dentro de uma constelação de conceitos, como meio técnico-científico-informacional, lugar, cotidiano, horizontalidade e verticalidade, território, ele nos ajuda a entender o debate contemporâneo do comum, e dos comuns urbanos, de uma perspectiva geográfica.

Milton Santos tomou o conceito de espaço banal de François Perroux. O economista francês buscou diferenciar espaço econômico e espaço da geografia, e chamou esse último de espaço banal (PERROUX, 1950; SANTOS, 2000). Diferente do espaço econômico e dos demais espaços adjetivados, como espaço cultural, espaço político, espaço social, o espaço banal seria a interação de todas essas instâncias. “El espacio banal”, diz Santos “es el espacio de todas las empresas, de todas las instituciones, de todas las personas (2000, p. 88).

A constituição de um espaço banal, comum a todos, é resultado e condição do conjunto indissociável da nossa interação ao longo do tempo com o meio geográfico. “Los primeros grupos humanos sobre el Planeta producían espacios banales en todas partes”, diz Santos. Neles, se “confundía el trabajo, la economía, la cultura, la política, el lenguaje, la formación social, la



moral”. Nesta confusão de instâncias “había una comunión integral, primitiva dentro de la comunidad. Y desde ahí, desde la comunidad” (SANTOS, 2000, p 91).

As relações presentes na comunhão integral podem ser mais vistas nos povos originários, a exemplo dos povos indígenas, pela sua relação indissociável com a natureza. Um rio, um lago, para os povos originários não são apenas rios e lagos, são também parentes, entidades, lugares, enquanto para o Estado e para uma empresa estrangeira podem ser apenas recursos a serem extraídos (CADENAS, 2018). Temos então, em torno desses lugares comuns, práticas e visões “incomuns”, e conflituosas, como explica a antropóloga peruana Marison de la Cadenas (p. 107).

O espaço banal, para nós aqui, sinônimo de espaço, é tanto o produto das interações de todos, pessoas, instituições e empresas, conjunto indissociável de elementos internos e externos, quanto condição para diferentes usos, tempos e visões de mundo. Mas como pensar os diferentes usos, tempo e visões de mundo que compartilham o espaço banal das grandes cidades e metrópoles, reconfigurado pelo meio informacional? Em que medida podemos falar de “comum” e “comunhão” onde sobrevive a maioria dos pobres urbanos?

### Meio Informacional e Cooperação Social

Com a informação se tornando o elemento técnico dominante do meio geográfico, o trabalho e a vida de cada um estão cada vez mais associadas ao funcionamento do espaço urbano. Podemos dizer como Santos que a “cidade técnico-científica-informacional”, de maneira seletiva, vai se sobrepondo “à cidade como um todo, teatro da existência de todos os seus moradores” (1992, p. 37).

No mundo do trabalho, por exemplo, o meio técnico-científico-informacional foi a mudança técnica que permitiu o transbordamento dos espaços fabris, e consequentemente a expansão do “meio geográfico do trabalho” (FRANCA, 2007, p. 84). Um meio onde se trabalha cada vez mais no chão das cidades e metrópoles sob intenso compartilhamento de informação, divisão do trabalho e cooperação social.

O resultado dessa intensa solidariedade urbana do trabalho não é usado e apropriado pela maioria das pessoas, particularmente aquelas que vivem o tempo lento dos lugares. Isto acontece porque é também através do meio técnico-científico-informacional que se “instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas” (SANTOS, 1992, p. 21). Ou seja, as empresas que dominam a cidade técnica-científica-informacional submetem “a cidade como um todo, teatro da existência de todos os seus moradores”, aos seus interesses longínquos.

Grandes corporações como *Google*, *Uber*, *IFood* e *Amazon*, modelos da chamada economia colaborativa e de compartilhamento, são exemplos de como o capital se apoia no meio técnico-científico-informacional para explorar o trabalho e minerar nossas interações sociais e afetivas. Nesse sistema extrativista, como explica Shoshana Zuboff, “somos os objetos cuja matéria é extraída, expropriada e em seguida injetada nas usinas de inteligência artificial do Google, as quais fabricam os produtos preditivos que são vendidos a clientes reais — as empresas que pagam para jogar nos novos mercados comportamentais” (2019, p.3). Para isso, essas empresas se beneficiam atualmente da associação íntima entre digitalização e financeirização do território (ARROYO, 2021).

Na economia das plataformas digitais, ou do capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2019), o trabalho é cada vez mais imaterial e flexível, porém para a maioria das e dos



trabalhadores ele é também precário, e com marcadores de raça, gênero, idade e geografia. Este é o caso dos entregadores urbanos, em sua maioria jovens pretos periféricos, que se deslocam pela cidade em motos e bicicletas por longas distâncias e trânsito perigoso, espoliados por essas corporações digitais e financeiras.

Sob o meio técnico-científico-informacional, o trabalho se entrelaça à vida social. Na interface dos espaços de trabalho e de vida social fica cada vez mais nebulosa a separação entre o tempo da exploração do trabalho e o tempo da mineração de nossas relações sociais e afetivas. Como Hardt e Negri dizem, “a fim de restabelecer as margens de lucro que não podiam mais ser extraídas das fábricas, o capital teve que colocar o terreno social para trabalhar, e o modo de produção teve de ser ainda mais firmemente entrelaçado às formas de vida” (2016, p. 151-152).

Porém, o meio informacional e as redes de cooperação social estão sendo deslocadas, como indicam Hardt e Negri, para “pensar e formar relações não só no emprego, mas também na rua, em casa, com os vizinhos e amigos” (2016, p.175). É o que se pode observar com a expansão do cooperativismo e da autogestão, a exemplo do cooperativismo de plataforma de motoristas e entregadores. Assim como a proliferação de bibliotecas, cursinhos, hortas, bancos comunitários e, particularmente, as ocupações culturais de coletivo periféricos, como veremos mais adiante.

### **Espaço comum urbano**

As cidades e metrópoles contém, além de imensos ambientes construídos, uma “dinâmica viva de práticas culturais, circuitos intelectuais, redes afetivas e instituições sociais” como dizem Hardt e Negri (2016, p.177). Elas representam, como resumem bem os autores, “um amplo reservatório do bem-estar comum”.

Agora sob o meio informacional-digital e as redes de cooperação social, elas se despontam como espaço comum de maior complexidade. Isto porque, como lembra Milton Santos, nelas, “há uma profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas se opõem. São vetores de todas as ordens, buscando finalidades diversas, às vezes externas, mas entrelaçadas pelo espaço comum” (1996a, p. 258).

Para Santos “a cidade grande [e podemos acrescentar a metrópole] é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares”. Nelas estão presentes “todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização”. Porém no modo de produção capitalista, globalizado e financeirizado, as forças hegemônicas se instalam e comandam de cima para baixo o espaço banal, porém desde baixo, “a cidade grande é [também] o espaço onde os fracos podem subsistir”, diz Santos (1996a, p. 258). De onde também podem resistir.

Nas periferias urbanas, onde a pobreza mais se concentra, seus moradores encontram no espaço banal os meios e as táticas para seguir sobrevivendo e existindo. Da luta pela sobrevivência, os grupos sociais subalternizados fazem do espaço banal a base de uma nova comunhão referenciada em lugares específicos, de onde tiram sua força para seguir (r)existindo.

### **A força do lugar**

O conjunto das atividades econômicas, sociais e políticas, que configuram o espaço banal das cidades e metrópoles, adquire contornos concretos e atuais a partir dos lugares. Como





diz Silveira, “los lugares abrigan el cotidiano compartido por las más diversas personas, firmas e instituciones, que utilizan diversamente los materiales del espacio en común” (2009, p. 21). Nos lugares, espaço da confluência de vetores externos e internos, convivem ritmos de vida e temporalidades conflitantes.

Tal situação leva ao seguinte paradoxo: ao mesmo tempo que o espaço banal é externamente capturado, pelos agentes hegemônicos da globalização ele “acaba por ser un freno, una barrera, un obstáculo a la producción de abstracciones excesivas.” diz Santos, (2000, p 91). Os agentes da globalização, dirigidos pelas finanças, captam a colaboração social e usam o meio local para suas finalidades econômicas. Mas as pessoas, grupos sociais, coletivos e comunidades, podem se apoiar nessa mesma base comum, nesse mesmo espaço banal para produzir solidariedades.

Os lugares exigem adaptações dos agentes externos, resistem e se refazem horizontalmente incorporando os objetos técnicos e informacionais que se instalam verticalmente. Ou seja, “a partir do espaço geográfico cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum. Tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local.” (SANTOS, 2001, p. 109).

As formas de inserção geográfica local do capital, hierárquicas e verticalizadas, são lidas por Santos, também pelo modo como os lugares reagem e refazem-se, refazendo as horizontalidades, as relações de vizinhança e o cotidiano.

Se o capital, ao dominar os circuitos da informação e do dinheiro, busca extrair lucro e renda das condições reunidas no meio geográfico, “os lugares”, diz Santos, “também podem se unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, susceptíveis de criar normas locais, normas regionais... que acabam por afetar as normas nacionais e globais” (SANTOS, 1996a, p. 206).

É nesse embate entre verticalidades e horizontalidade que se situam os diferentes tempos do cotidiano, o tempo rápido dos vetores da globalização, o tempo lento dos pobres urbanos. Como diz Santos,

Un-proceso de arriba-abajo adonde el tiempo que comanda es el tiempo del mundo, y otro que es un proceso de abajo hacia-arriba, donde lo que comanda es el tiempo del lugar producido por la existencia de la vecindad, en la contigüidad; este espacio banal, creador de solidaridades, cuyo fundamento no es técnico, pero sí histórico; no es pragmático, pero tiene una enorme parcela de emoción. (SANTOS, 2000, p 94).

Os lugares são, por assim dizer, construções singulares e afetivas de seus moradores, carregadas de emoção. Níveis e escalas de solidariedade são feitos e refeitos das ruas e vielas aos bairros e às favelas, e destes às cidades e às metrópoles. Ao reunir a multiplicidade do conjunto urbano, as metrópoles contemporâneas realçam melhor que qualquer outro lugar o antagonismo dessas duas ordens de tempo de vida que reproduzem e se refazem sob um mesmo espaço banal.

### **Território como abrigo**

O modo como o espaço banal aumenta ou diminui sua capacidade de servir a todas as pessoas nos remete à esfera propriamente política. Isto porque nele a ordem externa imposta



pelos agentes hegemônicos se encontram e se confrontam com a ordem interna da vida local, onde os hegemonizados resistem. Mesmo sob “obediência alienada dos atores subalternizados, hegemonizados, nos espaços banais se recria a ideia e o fato da Política” como assinala Santos (2001, p. 111). Isto é, independente da organização dos subalternizados, há sempre ajustes, conflitos, acordos, que acompanham as novas condições de existência de todas as pessoas.

As ações do Estado não são indiferentes à evolução do espaço banal. “Na verdade”, diz Santos, “mudadas as condições políticas, é nesse espaço banal que o poder público encontraria as melhores condições para sua intervenção” (2001, p. 109). Mas o que vemos é um Estado neoliberal cada vez mais a serviço do capital, atuando no controle do espaço banal.

Mas quando o conjunto de elementos entrelaçados do espaço comum se tornou indispensável para a produção e reprodução social, a exemplo da economia colaborativa e do compartilhamento, restringir o espaço banal pode significar uma perda considerável para as próprias empresas. Há aqui uma contradição incontornável.

Não podendo destruir a base de sua própria reprodução, as empresas globais e financeirizadas buscam então maneiras de capturar a riqueza do espaço banal, através do rentismo e da especulação imobiliária, fragmentando e cercando o que é comum e privatizando os bens e serviços públicos. Santos já alertava para uma difusão avassaladora de uma racionalidade pragmática, ao mesmo tempo em que a produção do espaço banal se tornava “residual” (SANTOS, 2001, p. 112). Mas ele mesmo manteve aberta a possibilidade de imaginar outro cenário:

No qual o comportamento do espaço de fluxos seja subordinado não como agora à realização do dinheiro e encontre um freio a essa forma de manifestação, tomando-se subordinado à realização plena da vida, de modo que os espaços banais aumentem sua capacidade de servir à plenitude do homem (p. 112).

A capacidade do espaço banal de servir aos homens e mulheres como espaço comum está, portanto, relacionada à maneira como o território converte-se em abrigo (SANTOS, 2001), sustentado pelo fortalecimento dos vínculos sociais e afetivos de seus habitantes [4]. Mesmo quando é residual, é do espaço banal que os pobres podem sobreviver, partilhando o que é comum. E por ser fundamental para sua sobrevivência e existência das suas condições materiais e culturais, a sua defesa adquire traços políticos originais. Mesmo quando tentamos impor uma forma externa de organização política, há sempre um nível de resistência e de criatividade que não se deixa moldar.

Nas periferias urbanas, como em São Paulo e nas grandes cidades e metrópoles brasileiras, há inúmeras experiências de uso comum do território, seja como estratégia de sobrevivência traçadas principalmente pelos pobres urbanos, seja como organização coletiva das comunidades em movimento. Nesse sentido, as ocupações de ruas, praças, imóveis, protagonizadas pela juventude periférica, organizadas através de coletivos culturais, são expressivas de uma nova cultura política no município de São Paulo (RAIMUNDO, 2016; ALMEIDA e JESUS, 2021).

A ideia da periferia foi por muito tempo identificada como lugar distante e carente, oposto ao centro e por isso de difícil acesso à cidade e ao direito à cidade. Nas últimas décadas, entretanto, as periferias passam a ser também reconhecidas pela produção e circuitos culturais, que atraem e polarizam o urbano, num devir periférico da cidade. Neste período passou a se falar de literatura, cinema, cultura, periféricas. O que nos leva a perguntar de que maneira esta



produção cultural periférica, alicerçada na longa história de luta dos bairros populares, reelabora a luta pelo comum?

## O TERRITÓRIO COMO ABRIGO E A CONSTRUÇÃO DO COMUM PERIFÉRICO

No espaço banal, verticalidades e horizontalidades também representam um campo de disputas, onde destacam-se estratégias de dominação e de re-existência. As classes dominantes, as empresas e seus meios de comunicação, grandes investidores em ciência e tecnologia e plataformas de elaboração e veiculação de ideologias, criam discursos, pensamentos e projetos hegemônicos. Por outro lado, os “homens lentos”, homens, mulheres, homens e mulheres trans, todes, todas e todos das classes populares, com razão e emoção, desvelam as fabulações criadas pelos grupos hegemônicos, elaboram epistemologias orgânicas, inventam uma “teleologia popular” [5] e projetam um devir periférico.

Pois, entre experiências cotidianas e a partir da criação de outras formas de sobrevivência e luta, baseadas na viração dos setores populares, como apontou Ribeiro (2005; 2012), ou na “sevirologia”, como ensinou Mestre Soró, os movimentos organizados surpreendem frações de classes hegemônicas com revanches baseadas na construção do comum.

A “sevirologia”, expressão cunhada por José de Souza Queiroz [6], é uma metodologia construída na *práxis* cotidiana da Comunidade Cultural Quilombaque, Perus - Zona Noroeste da cidade de São Paulo, e exercida por outros coletivos culturais, artistas autônomos e ativistas das periferias paulistanas (SOUZA, 2020; RAIMUNDO e MOREIRA JUNIOR, 2021). A “sevirologia”, forjada na lida dos fazeres artísticos e na organização cultural nas periferias, tão bem traduzida na expressão emblemática, tantas vezes repetidas por Soró e outros integrantes do da Quilombaque - o “Se você tem, você faz. Se você não tem, você faz do mesmo jeito. Você se vira” (SORÓ; DEDÉ apud ALMEIDA e JESUS, 2021, p. 55) é uma forma de prever necessidades, imaginar e criar, baseada nas redes de solidariedade e cooperação da classe trabalhadora, uma “teleologia popular”. Invenções na luta diária tanto pela sobrevivência e existência, como pela realização de projetos mais políticos e duradouros, como projetos de turismo de base comunitária e desenvolvimento territorial, criação de políticas públicas ou a auto-gestão de Ocupações Culturais. Tal como alertou Santos (2001):

É dessa forma que, na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política *de baixo*, constituída a partir das suas visões do mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo, que nada tem a ver com a política institucional. Esta última se funda na ideologia do crescimento, da globalização etc. e é conduzida pelo cálculo dos partidos e das empresas. A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo. (SANTOS, 2001, p. 132-133).

No cotidiano, nesse “tecido flexível de relações, adaptável às novas circunstâncias” (SANTOS, 2001, p.134), os “de baixo” estão sempre em movimento e em condições de criar respostas para determinadas situações. Para Santos (2001), a gestação do novo, a transição para o Período popular da história pode ser imperceptível para os contemporâneos, passando despercebida. Pois, no movimento dialético entre rupturas e permanências, sementes do novo “começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante” (SANTOS, 2001, p. 141).





No alvorecer do Período popular da história, ainda com prevalência dos mecanismos que movimentam o Período técnico científico-informacional, co-existe um estado da política e da prática social representado, entre outros, pelos movimentos de mulheres e dos adolescentes e jovens pelo direito de existir. Bem como pelo direito à cidade, pelo direito de tomarem a cidade para si, de estarem onde quiserem, inclusive em espaços privados de uso público, como shopping centers, ou pelos direitos à cultura e à educação, e a manutenção das escolas e dos equipamentos públicos de cultura.

Com os “de baixo”, em diferentes periferias do país, surgiram movimentos de insubordinação à racionalidade que constrói cidades injustas e políticas públicas que priorizam áreas historicamente privilegiadas. Os “rolezinhos”, encontros entre adolescentes e jovens, previamente combinados através das redes sociais ocorridos entre o final de 2013 e o início de 2014, surpreenderam quando começaram a acontecer em diferentes shopping-centers de várias cidades, chamando atenção para as desigualdades na sociedade brasileira, muitas marcadas pela intensa segregação socioespacial. (PINHEIRO-MACHADO e SCALCO, 2014).

Em 2015, em período posterior aos processos de ocupação dos shopping-centers, grupos de adolescentes ocuparam cerca de 200 unidades escolares em diferentes cidades, demonstrando capacidade de organização e articulação política dentro e fora das escolas. Nas escolas públicas, sempre criticadas e classificadas pela sociedade como ineficientes e pedagogicamente ultrapassadas, os estudantes do ensino médio e técnico manifestaram-se contra o Plano de reorganização escolar paulistas e o consequente fechamento de 94 unidades (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016).

Em 2016, a partir de pautas como, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a questão de gênero na escola e a livre organização estudantil, os estudantes organizaram atividades como aulas públicas, rodas de conversa e debates, tomaram conta da cozinha e da preparação dos alimentos, fizeram limpezas e protegeram o patrimônio público da agressividade de setores da sociedade (GOHN, 2019).

No cotidiano das cidades, “lugar onde há mais mobilidade e mais encontros” (SANTOS, 1996a, p. 155), a população das periferias e das favelas não deve ser vista apenas como um dado demográfico, sequer como unicamente pelo recorte de classe. Pois apesar das ações realizadas para dificultar o desvendamento das ideologias e a elaboração dos caminhos para imaginar outros futuros, em uma espécie de revanche contra a racionalidade hegemônica, com a qual empresas, organizações sociais e mídia trabalham, os “de baixo”, os “homens lentos”, entendidos como humanidade, a partir da sua diversidade, organizam-se e criam ações capazes de impedir o fortalecimento e domínio da cultura de massa e de seus conteúdos políticos e ideológicos.

Então, no cotidiano das periferias urbanas e nas favelas, os sujeitos e sujeitas organizados em associações, grupos e coletivos, movimentos sociais e culturais, a partir da sociabilidade criada nas ocupações de moradia e de cultura, de projetos coletivos para criação de hortas, cozinhas e cursinhos comunitários passam, desde o estabelecimento de relações baseadas nas experiências de convivência compartilhada e solidária na construção de espaços comuns, a enredar desejos, utopias, pautas, ações e projetos.

### **A luta comunitária das mulheres periféricas**

Em São Paulo, os movimentos sociais que tomam o território como abrigo vêm de longe, das operárias e operários que reivindicavam salários justos e melhores condições de



trabalho nas fábricas e da resistência das trabalhadoras e trabalhadores, ex escravizados ou descendentes de escravizados, que durante a passagem do século XIX para o XX ocupavam os espaços públicos abrindo rodas de tiririca, capoeira e batucada, práticas da dimensão política da cultura, a exemplo do que acontecia no histórico Largo da Banana, localizado no bairro da Barra Funda.

Mais recentemente, com origem na história da organização das mulheres durante as décadas de 1960 e 1970, quando “novos personagens entraram em cena” (SADER, 1988) e grupos de mulheres feministas militantes do Partido Comunista (PC) aproximam-se das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (REGINA, 2016), organizações da Igreja Católica fundamentadas na Teologia da Libertação, para juntas desenvolverem trabalhos em diferentes bairros periféricos, muitos grupos surgiram.

Entre os frutos e desdobramentos dos encontros de mulheres, nascem movimentos como: Clubes de Mães, organizados em torno da percepção dos problemas sociais mais presentes no cotidiano das mulheres pobres e periféricas (REGINA, 2016) e o Movimento Custo de Vida que, gerado a partir do primeiro, é um dos movimentos populares responsável pelo enfraquecimento e posterior derrocada da ditadura civil-militar. (MARTINELLI apud RAMOS, MELO e OLIVEIRA-MACEDO, 2019).

As mulheres, maiores responsáveis pelo trabalho de reprodução social, vidas dedicadas ao cuidado com a família e a casa (FEDERICI, 2019; RAMOS, MELO e OLIVEIRA-MACEDO, 2019), há décadas estão à frente tanto dos movimentos sociais como dos processos de descortinamento de ideologias e desconstrução de projetos que têm como um de seus objetivos principais a subalternização e a espoliação ao máximo da classe trabalhadora. O papel político e o protagonismo das mulheres foram fundamentais para a compreensão da necessidade da luta em várias frentes como Ramos, Melo e Oliveira-Macedo, apoiadas em Lélia González, concluem:

Há mais de 30 anos os engajamentos das mulheres nas periferias vêm entendendo a urgência de lutar em muitas frentes ao mesmo tempo. A prática da batalha cotidiana as fez entender a profunda interrelação entre os múltiplos eixos de opressão e criar grupos que pudessem lidar com o classismo e o racismo do movimento feminista, assim como com o sexismo dos movimentos negro e da esquerda em geral. (2019, p. 68-69)

Ocultadas de muitas narrativas, historiografias que privilegiam o protagonismo masculino, as mulheres estão na base, na organização e na elaboração intelectual de diversos movimentos sociais urbanos, inclusive e com muita importância nas lutas por moradia, saúde e educação, como a construção de escolas e de universidades nas periferias de São Paulo. A atuação dos movimentos culturais das periferias de São Paulo e a busca pela construção de comuns também é, em grande medida, continuidade dessa história das mulheres periféricas em luta, das negras, nordestinas, indígenas e seus descendentes que abriram e pavimentaram caminhos por onde outras gerações possam avançar em novas pautas.

Em função desse papel imperioso da mulher nos movimentos sociais, o Movimento Cultural das Periferias (MCP) reconhece “periferia” em seu plural, como construção realizada em períodos distintos, destacando-a como “lugar de resistência política” (RAIMUNDO, 2016) e, especialmente, como abrigo e lugar de lutas das mulheres.

Compreendemos PERIFERIA como espaço urbano geograficamente identificável, abrigo das classes trabalhadoras brasileiras, da maioria da população negra, indígenas urbanos, imigrantes, e cujos traços culturais são entoados pela heterogeneidade resultante do encontro (nem sempre



pacífico) desta convivência multicultural atravessada pela desigualdade social. **Periferia, não por acaso, substantivo feminino** no qual se inscreve a história corrente de inúmeras mulheres. Museu sem teto ou paredes, bolsões de expressões ancestrais, tradicionais e experimentações inovadoras, cuja geografia é território, marca identitária e também espaço de exclusão econômica, com excesso de polícia e ausência de políticas públicas que procurem agir na resolução das consequências de um processo histórico de brutalidades sociais, desigualdades e injusta distribuição de riquezas. (MANIFESTO PERIFÉRICO apud BLOCO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS, 2022, p. 115). (Grifo nosso)

A presença e atuação das mulheres, especialmente as mulheres negras, frente às lutas por direitos nas periferias urbanas inspira não somente outras mulheres, mas também homens em processos de aquilombamentos feitos como estratégia para a luta contra as ideologias estruturantes, como o racismo e o patriarcado.

No Brasil, a reflexão sobre quilombos e aquilombamentos, vistos como estratégia de existência e resistência às permanências do pensamento colonial e escravocrata, especialmente ao racismo que estrutura a sociedade alijando a população negra de participação das conquistas do Estado de direito democrático, vem de longe. Ao longo do século XX, a construção das ciências humanas ignorou ou pouco valorizou o trabalho intelectual de estudiosos negros e seus trabalhos sobre a história, a sociologia e a geografia dos quilombos durante a resistência ao colonialismo.

Vistos como importantes organizações sociais, os quilombos e seus profundos aspectos revolucionários foram preocupação central de intelectuais de diferentes áreas das ciências sociais, como Abdias Nascimento, Maria Beatriz do Nascimento e Clóvis Moura. Na luta por uma sociedade antirracista e antipatriarcal, sujeitos e sujeitas, grupos e movimentos sociais urbanos valorizam as intelectuais e os intelectuais negros, defendem a leitura de suas produções e as ideias anticoloniais, organizando-se coletivamente, insurgindo-se e aquilombando-se em terreiros, associações, escolas de samba, grupos profissionais, coletivos e ocupações culturais.

No capítulo “Organizações negras”, publicado no livro “São Paulo: o povo em movimento”, Clóvis Moura (1982) retrata como “O negro brasileiro foi sempre um organizador” (p.143).

Durante o período no qual perdurou o regime escravagista, e, posteriormente, quando se iniciou— após a Abolição — o seu processo de marginalização, ele se manteve organizado, com organizações frágeis e um tanto desarticuladas, mas sempre constantes: quilombos, confrarias religiosas, irmandades, *cantos* na Bahia, grupos religiosos como o candomblé, terreiros de Xangô e mesmo de umbanda, mais recentemente. (MOURA, 1982, p.143).

Sobre a organização social e política negra, Souto (2020) destaca que para a historiadora Beatriz Nascimento “quilombo” é um fenômeno que se perpetua ao longo do tempo, uma espécie de “*continuum* cultural de aglutinação”, uma permanência “no sentido de agregação, comunidade e resistência pelo reconhecimento da humanidade e preservação dos símbolos culturais do povo negro” que hoje encontramos nas organizações fundadas por negras e negros, como as escolas de samba, os terreiros de candomblé e as favelas (p. 141).

Em outro trecho, Souto (2020) explica que apesar da relevância histórica de Palmares, Beatriz Nascimento destaca o fato de que

os quilombos assumiram diferentes formas de constituição e organização de acordo com as condições encontradas pelas comunidades que neles residiam, sendo possível entendê-los enquanto assentamentos de negros e outros sujeitos étnicos marginalizados, que possibilitavam a prática e preservação dos modos de vida dessas comunidades. (2020, p. 141).



As pesquisas realizadas por Beatriz Nascimento sobre quilombo e suas reflexões acerca do sentido de permanência e diferença nas formas de construção e organização social e política dos quilombos nos possibilita, como Souto (2020), pensarmos as organizações sociais urbanas criadas mais recentemente, como, entre outros, os coletivos feministas e culturais, como originários de processos do aquilombar-se, do “movimento de buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo”, ou seja, aquilombar-se como “ato de assumir uma posição de resistência contra-hegemônica a partir de um corpo político” (SOUTO, 2020, p.141).

As práticas de aquilombamento urbano, uma variação dessa continuidade apontada por Beatriz Nascimento, podem ser compreendidas como ações contra hegemônicas insurgentes do período popular da história, as revanches como definiu Santos (2001). Nos últimos anos, elas constituíram-se como candidaturas e mandatos coletivos em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, coletivos e associações de mulheres, centros culturais populares, ocupações culturais, bibliotecas populares, entre outras manifestações. E inclusive grupos para reflexão e criação de políticas públicas voltadas às periferias, moradia de trabalhadores, na maioria negros e negras.

Nas periferias urbanas, grupos de mulheres surgem a partir de processos de aquilombamento. Movimento de mulheres que lutam por melhorias do bairro ou para cuidado com a saúde e proteção em relação à violência doméstica e feminicídio, organização político-partidária para participar de eleições, militância e gestão no campo da educação e da cultura, articulando-se “também a desconstrução de imaginários hegemônicos e a construção de novas políticas de representação social” (SOUTO, 2020, p.142).

## COMUNS PERIFÉRICOS, A REEMERGÊNCIA DAS CLASSES POPULARES

No espaço banal, a rede solidária composta pelas grandes corporações se consubstancia a partir de práticas agressivas sobre os grupos e organizações sociais que nutrem a resistência e a existência das horizontalidades e, conseqüentemente, as experiências comunitárias, das ações mais espontâneas às mais organizadas. Ações que buscam enfraquecer a identidade de classe colocando trabalhadores contra trabalhadores a ponto de determinados grupos se desvencilharem do lugar de origem e passarem a criticar ou mesmo atacar trabalhadores do circuito inferior da economia urbana, como acontece com os vendedores que armam suas estações de trabalho nas calçadas da cidade ou simplesmente vendem mercadorias de baixo custo dentro dos vagões de trem das companhias de transporte urbano e integrantes do movimentos sociais que fundamentam suas ações no princípio da função social da propriedade. Postura que encontra lastro nas constantes resenhas da mídia comercial e corporativa, assentada nos jornais, revistas e TVs, bem como de influenciadores da direita ou da extrema direita nas redes sociais. Por isso, a disseminação dos sentimentos de horror e ódio mediante às ocupações dos movimentos de moradia e as muitas experiências de construção do comunitário e do comum.

No campo da cultura, o tema de interesse deste artigo, as ações mais agressivas têm vindo do próprio poder público. Desde o encerramento da gestão do prefeito Fernando Haddad no município de São Paulo e o início da nova gestão, os ataques às políticas públicas e as iniciativas dos coletivos e dos movimentos culturais tornaram-se frequentes. Um processo cujos objetivos são, a curto prazo, a terceirização da gestão pública dos equipamentos públicos de cultura – começando pelas Casas de Cultura – e, a longo prazo, a privatização.



Em consonância com esse processo e seus objetivos, acirrou-se a perseguição a algumas ocupações culturais que cumpriam e cumprem papel social importante nos bairros onde se localizam.

Como escreveram Marino e Silva (2019, p. 345), as ocupações:

Configuram-se como espaços comuns, pois, além de cumprir sua função social e pública, o ato de ocupar os transforma em lugares de produção cultural coletiva, autônoma e emancipatória. As ocupações se configuram hoje como pontos de referência em seus territórios, articulando agendas e demandas comunitárias, bem como para os circuitos da cultura, da educação popular e dos movimentos autonomistas na cidade.

Isso nos leva a compreender esses ataques como uma variação da violência programada do Estado e das corporações aos grupos, organizações e lugares onde os processos educativos e emancipatórios acontecem.

Porém, e ainda que os embates políticos e ideológicos existam e que a globalização afete a economia, a cultura e as subjetividades, esse processo não acontece de forma completa e homogênea. A capacidade de descortinar ideologias e imaginar o futuro dos moradores das favelas, periferias e subúrbios continua apontando caminhos para um devir. Esse contexto “encontra a resistência da cultura preexistente”, “obstáculos na diversidade das pessoas e na diversidade dos lugares” (SANTOS, 2001, p.143-44), onde “(...) a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos ‘de baixo’ pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias” (SANTOS, 2001, p.144).

Em São Paulo, uma espécie de revanche construída pelos “de baixo” a partir da década de 1990 passou a ser nutrida pelo movimento e pela poética do Hip Hop, e a partir de 2000 pela atuação da juventude organizada em coletivos artísticos e culturais que desde então mobiliza pessoas e projetos pelo direito de criação, fruição e difusão da cultura (RAIMUNDO, 2016). Para que os moradores das diversas quebradas possam ter sua cultura valorizada e, ao mesmo tempo, acesso à memória e ao conhecimento, artistas e coletivos

(...) tem mobilizado políticas públicas de apoio e incentivo; tem gerado novas possibilidades de emprego e renda para diversos profissionais (...) em diferentes ramos do setor cultural; tem chamado atenção da grande mídia e da indústria cultural; bem como tem mobilizado politicamente diversos movimentos e despertado reações de grupos antagônicos na sociedade brasileira. (ALMEIDA e JESUS, 2021, p. 46).

As ações da juventude das periferias urbanas, como os coletivos e as ocupações culturais, localizadas em diferentes bairros periféricos, podem apontar, como antecipado por Santos, primeiro para uma nova significação da cultura popular, “tornada capaz de rivalizar com a cultura de massas” e, segundo, para a construção de um espaço onde fomenta-se “a produção das condições de reemergências das próprias massas” (SANTOS, 2001, p.143).

Segundo o Bloco das Ocupações Culturais, uma articulação do Movimento Cultural das Periferias, as Ocupações Culturais são espaços comuns que, criados em terrenos ou edifícios públicos ociosos, são administrados e cuidados por indivíduos e coletivos de forma democrática e horizontal, tornando-se pontos de referência onde a população tem acesso a atividades culturais (BLOCO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS, 2022). Nascidas da organização popular pela criação de equipamentos de cultura, educação, lazer e, especialmente, como resposta ao descaso do poder público e a consequente marginalização da cultura produzida nas periferias (BLOCO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS, 2022), as Ocupações criam, a partir de atividades culturais e ações de educação popular, espaços e condições para a identificação de questões e





problemas enfrentados por diferentes coletividades, pautas fundamentais para a construção da vivência em comunidade, da luta coletiva e do próprio Comum Periférico. Nos espaços compartilhados, especialmente nas Ocupações Culturais, as trocas realizadas entre diferentes coletivos corporificam-se também como partilhas da própria fonte que fez o coletivo surgir, sejam elas preocupações com as culturas dos povos originários ou da diáspora das Áfricas, a preservação da natureza, a alimentação e a soberania alimentar e as lutas contra o racismo e o genocídio da juventude negra, todas permeadas de estratégias de aquilombamento.

(...) a experiência do aquilombamento se confirma de modo insurgente uma vez que é capaz não só de criar e visibilizar referências não contempladas nos circuitos culturais e artísticos de representação tradicionais, mas principalmente de construir estratégias que operem a favor das transformações das estruturas sociais. (SOUTO, 2020, p. 142).

Então as Ocupações Culturais, enquanto “forma-conteúdo”, ao mesmo tempo resultado e fonte de cultura, “(...) baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas.” Nas ocupações, “Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada” (SANTOS, 2001, p.44-45). Dessa forma, os coletivos culturais que fazem a gestão compartilhada da Ocupação:

Recusam o lugar de sofrimento promovido pela violência e propõe pensar e produzir outras formas de viver a cidade: de circular, conviver, compartilhar experiências, registrar e transmitir memórias, criar e difundir linguagens e tecnologias, cultivar alimentos, se relacionar com a natureza e imaginar outros mundos – coletivamente. (BLOCO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS, 2022, p.1)

E ainda que falte aos artistas, educadores populares e coletivos envolvidos com a existência e a permanência da Ocupação Cultural, os meios materiais para desenvolverem suas atividades, na cultura do lugar, na “cultura da vizinhança” onde se “valoriza, ao mesmo tempo, a experiência de escassez e a experiência da convivência e da solidariedade”, o que seria “aparentemente, uma fraqueza”, a partir da “integração orgânica com o território dos pobres e o seu conteúdo humano” realiza-se como força (SANTOS, 2001, p.44-45). Desse modo, a expressividade das falas, músicas, textos, danças, pinturas e a solidariedade entre as pessoas que constroem e nutrem esses comuns constituem-se como utopias e fontes de reemergências das classes populares por um devir periférico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o pretexto de finalizar, aproveitamos estes últimos parágrafos para lembrar que o presente artigo busca compreender as referências ao Comum presentes em alguns trabalhos do geógrafo Milton Santos, especialmente quando tratadas em diálogo com o conceito de espaço banal. De certo modo, e com o desejo de pensar o Comum a partir da geografia e de suas categorias, conceitos e noções, procuramos compreender o comum, especialmente aqueles que são construídos a partir de experiências nas periferias urbanas, onde diferentes coletividades organizam-se de forma comunitária, cooperativa e solidária fazendo dos territórios lugares de abrigo.

Feito esse percurso inicial, caminhamos para a conclusão do texto delineando alguns possíveis itinerários para avançarmos na compreensão do Comum em Milton Santos em diálogo



com estudiosos de outras áreas do conhecimento com pesquisas e reflexões bem consolidadas sobre o tema. Para tanto, desejamos nos aproximar e conviver mais de perto com coletivos e suas práticas na periferia de São Paulo, especialmente onde a presença da mulher na organização comunitária, ainda que invisibilizada, é mais efetiva.

A compreensão das formas de organização social e comunitária desses grupos em bairros populares, que abarca formas de ver o mundo e conhecer os lugares, de medicinas ancestrais, técnicas de cultivo, de construção de objetos e casas, muitas dessas experiências de pensar, planejar e fazer mantidas a partir da oralidade e da prática do comum, nos interessa nesse momento. As formas comunitárias e os engajamentos solidários de ajuda mútua na Igreja Católica e nos Terreiros de religiões de matrizes africanas, compreendendo como se organizam, quais são os desdobramentos das experiências da Teologia da Libertação com a criação das Pastorais e das CEBS, a construção das Comunidades nas periferias de São Paulo, bem como o papel de filosofias como o Ubuntu no cotidiano dos Terreiros, importantes plataformas de luta antirracista e de resistência da cultura negra nas periferias.

E a organização da juventude, especialmente em coletivos de cultura, criando a partir de seus lugares de atuação, mas também em redes solidárias consolidadas no território urbano, atividades artísticas em diferentes linguagens. Um movimento onde geram renda e criam cursos de formação técnica de interesse para a área cultural e círculos de formação política. Em disputa com o Estado e suas instituições, não somente luta por políticas públicas, como por condição de construir o comum com essa interface com o Estado, ocupando espaços públicos ociosos ou abandonados como terrenos e edificações que acolham setores públicos. Além de buscar outras interfaces de diálogo, como a disputa pelo parlamento com a eleição de vereadores(as) e deputados(as) estaduais em mandatos coletivos, que criam por dentro desses espaços, práticas parlamentares novas, baseadas na horizontalidade, feminismo e espírito de comunidade. Enfim, um roteiro para a continuidade da pesquisa.

## NOTAS

1 - O CEP é um grupo de pesquisa do Instituto das Cidades – Unifesp, composto por pesquisadoras e pesquisadores oriundos das periferias paulistanas, que a partir de uma pesquisa realizada a partir dos eixos Cultura, Gênero, Habitação, Participação Popular, Transporte, Educação, Infâncias, Saúde, Trabalho, Violência, Racismo e Genocídio publicou o livro “Reflexões periférica - propostas em movimento para a reinvenção das quebradas”.

2- Entre outras propostas, a pesquisa propõe: Eixo Cultura, criação de redes de articulação dos coletivos culturais com outras instituições; Eixo Participação Popular, organização popular nos bairros, reconstrução dos laços sociais, produção do Comum em comum; Eixo Gênero, criação e manutenção das Comunas da Terra e dos Espaços de convivência de saúde, fortalecimento das Casas de Conselhos; Eixo Educação, construção coletiva do projeto político pedagógico da escola a partir de diálogo permanente com a comunidade; Eixo Infâncias, Espaços multieducacionais populares de qualidade social e efetivação da rede de proteção à infância e no Eixo Violência, Racismo e Genocídio, criação de rede de articulação periférica e de Centro de formação política. (D’ANDREA, 2021).

3 - A partir da forte presença das mulheres e pela necessidade de elaboração de um método que permita compreender de forma mais profunda a diversidade dos movimentos sociais e culturais, muitas estudiosas e militantes feministas têm apresentado a interseccionalidade como caminho para a compreensão da totalidade. Na leitura das principais referências bibliográficas sobre o tema, pesquisas realizadas a partir do contato mais próximo com as mulheres em entrevistas, rodas de conversa, grupos focais ou experiências etnográficas, notamos histórias



de mulheres que enfrentaram dificuldades por serem mulheres, negras e moradoras da periferia e de favelas. Ao estabelecermos um diálogo com as pensadoras feministas negras, como Eliete Edwiges Barbosa (2019) e a interpretação feita a partir do conceito de “interseccionalidade”, elaborado por Kimberlé Crenshaw, passamos a pensar que olhar os processos de construção de comuns materiais e imateriais, passa pela compreensão das experiências periféricas, das filosofias afrodiaspóricas e indígenas, como o Ubuntu e o Bem Viver.

4 - O território aqui não é apenas “um simples recurso”, como diz Milton Santos, ele também “constitui um abrigo”, expressões empregadas de Jean Gottmann (SANTOS, 2001, p. 111-112).

5 - Elaborado a partir da reflexão realizada com Ricardo Barbosa da Silva e Denise Bergamo da Rosa sobre a existência de não somente uma epistemologia orgânica da periferia, mas ontologia e teleologia periféricas e populares.

6 - José de Souza Queiroz (1964-2019), o Soró, foi educador popular, ativista e consultor em gestão de conhecimentos e desenvolvimento humano e integrante da Comunidade Cultural Quilombaue, militantes muito ativos, reconhecido e respeitado pelo movimento cultural de São Paulo como mestre Soró. (RAIMUNDO e MOREIRA JUNIOR, 2021).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renato de Souza; JESUS, Marcello. Nascimento. Desafio para a cultura de periferia na cidade de São Paulo. In: D'ANDREA, Tiaraju Pablo. *Reflexões periféricas: propostas para a reinvenção das quebradas*. 1a. Edição. São Paulo: Editora Dandara: Centro de Estudos Periféricos, 2021. p.45- 65.

ARROYO, Mónica. Digitalização e financeirização do território: uma imbricação que se renova no capitalismo do século XXI. RENA, Natacha; BRANDÃO, Marcela; MEDEIROS, Daniel; SÁ, Isabel (orgs.), *Urbanismo Biopolítico*. 1a. Edição. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2021. p. 143-156.

BARBOSA, Eliete Edwiges. *Negras lideranças: mulheres ativistas da periferia de São Paulo*. 1a. Edição. São Paulo: Editora Dandara, 2019. 129p.

BLOCO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS (MCP). Ocupações culturais: espaços comuns. *Cadernos de Estudos Urbanos*, São Paulo, v.4. p.126-137, 2022.

DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo. n. 69, p. 95-117. 2018

CALDAS, Waldenyr. *Luz néon: canção e cultura na cidade*. 1a.Edição. São Paulo: Sesc/Nobel. 1995. 157p.

CAMPOS, Antonia.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio. *Escolas de Luta*. Edição. São Paulo: Veneta, 2016. 336 p.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. (org.) *Reflexões periféricas: propostas para a reinvenção das quebradas*. 1a. Edição. São Paulo: Editora Dandara: Centro de Estudos Periféricos, 2021. 284p.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século 21*. 1a. Edição. São Paulo: Boitempo, 2016. 534p.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. 1a.Edição. São Paulo: Editora Elefante, 2019. 384p.

FRANCA, Gilberto Cunha.. *O trabalho no espaço da fábrica*. 1a.Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 172 p.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação no Brasil. In: MEDEIROS, Jonas. et. al. *Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)*. 1a.Edição. São Paulo: Editora 34, 2019. p.37-52.



- HARVEY, David. Cidades Rebeldes. *Do direito à cidade à revolução urbana*. 1a. Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 296p.
- HARDT, Michel.; NEGRI, Antonio. *Bem estar comum*. 1a Edição. Rio de Janeiro: Record, 2016. 474p.
- MARINO, Aluísio; SILVA, Gerardo. As ocupações culturais na cidade de São Paulo e as lutas contra a cidade neoliberal. *Revista Indisciplinar*. Belo Horizonte, v.5 n.1, p.343-361, 2019.
- MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Dandara Editora, 2022. 133p.
- \_\_\_\_\_. Organizações negras. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. *São Paulo: o povo em movimento*. 3 Edição. Petrópolis/São Paulo: Vozes/CEBRAP, 1982. p. 143-175.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana e SCALCO, Lucia Mury. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. *Revista de Estudos Culturais*. São Paulo. n. 1. n.p. 2014
- RAIMUNDO, Sílvia Lopes. *Território, Cultura e Política: movimento cultural das periferias, resistência e cidadania desejada*. 2016. p. 274. Tese de Doutorado em Geografia Humana. FFLCH-USP.
- RAIMUNDO, Sílvia Lopes. MOREIRA JUNIOR, Almir. Uma outra cidade é possível: Quilombaque, Uneafro e resistência nas periferias de São Paulo em tempos de pandemia e outros tempos. In: VASCONCELOS, Daniel Bruno. et. al. *Geografia e Covid-19: reflexões e análises sobre a pandemia*. 1a Edição. São Paulo: FFLCH/USP, 2021. p.306-329.
- RAMOS, Nataly; MELO, Sheyla; OLIVEIRA-MACEDO, Shisleni. Mulheres periféricas: lutas comuns, frentes diversas. In: D'ANDREA, Tiaraju Pablo. *Reflexões periféricas: propostas para a reinvenção das quebradas*. 1a. Edição. São Paulo: Editora Dandara: Centro de Estudos Periféricos, 2021. p.67-91.
- REGINA, Dani. Mulher e Periferia. In: CDHEP. *Sujeitos, frutos e percursos: projetos jovens facilitadores de práticas restaurativas*. 1a. Edição. São Paulo, CDHEP, 2016. p.50- 55.
- RIBEIRO, Ana Clara. Torres. O desenvolvimento local e a arte de 'resolver' a vida. In: LIANZA, Sidney; ADDOR. *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. 1a. Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 109-120.
- \_\_\_\_\_. Homens lentos, opacidades e rugosidades. *Redobra*, Salvador, n.9, p. 58-71, – 2012.
- SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. 1a. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329p.
- SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico e Informacional. São Paulo: Hucitec, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. 1a. Edição. São Paulo: Hucitec, 1996a. 308p.
- \_\_\_\_\_. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 7-14, 1996b.
- \_\_\_\_\_. El territorio: un agregado de espacios banales. *Boletín de Estudios Geográficos*, Cuyo, n. 96, p. 87-96, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. 6a. Edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001. 174 p.
- SILVEIRA, Maria L. Espacio banal y diversidad: más allá de las demandas del príncipe. *Huellas*, n. 13, p. 18-36, 2009.
- SOUTO, Stéfani. Aquilombar-se: Insurgências negras na gestão cultural contemporânea. *Revista Metamorfose*, Salvador, vol. 4, nº 4, p. 133-144, 2020.
- SOUZA, Cleiton Ferreira de. *Sevirologia: a arte de sobreviver e construir um território educador*. 2020. p.88. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização do Curso de Gestão Cultural. Centro de Pesquisa e Formação-SESC.



STAVRIDES, Stavros. Reivindicar a cidade como espaços comuns. A cidade como obra coletiva. *e-metrópolis*, Rio de Janeiro, n. 47, ano 12, p. 1-18, 2021.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; CRUZ, Mariana de Moura. O Comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum? *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg*, São Paulo, v.21, n.3, p.487-504, 2019.

ZUBOFF, Shoshana. “Um capitalismo de vigilância”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Edição 138, 03 jan. 2019.

## COMO CITAR ESTE TRABALHO

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. FRANCA, Gilberto Cunha. Espaço Banal, Vida Comum: Práxis e Cultura nas Periferias Urbanas. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 19, n. 2, p. 82-99, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2023.76188>. Acesso em: DD MMM. AAAA.